

**GRUPO MODELO CONTINENTE**

**CONTAS  
CONSOLIDADAS  
IAS/IFRS  
Junho de 2005**

**MODELO CONTINENTE, SGPS, SA**

Sociedade Gestora de Participações Sociais

SEDE: R. João Mendonça, 529 - 4464-501 SENHORA DA HORA

Matriculada na Conservatória Registo Comercial do Porto sob n° 38045

NIPC 501 532 927 - Capital Social 1.100.000.000 Euro

\* sociedade com o capital aberto ao investimento do público \*

DIRECÇÃO FINANCEIRA

---

## Modelo Continente, SGPS, SA

“Sociedade com o capital aberto ao investimento do público”  
Sede: Rua João Mendonça, nº 529, 4464 - 501 Senhora da Hora  
Capital social: 1.100.000.000 Euro  
Matriculada na C.R.C. do Porto sob o nº 38 045  
Pessoa Colectiva nº 501 532 927

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos a V.Ex<sup>as</sup> o Relatório de Gestão relativo à actividade da Modelo Continente, SGPS, SA ao longo do primeiro semestre de 2005.

### ***Enquadramento macroeconómico e de mercado***

No decurso dos primeiros 6 meses de 2005, o contexto macroeconómico internacional revelou uma deterioração das perspectivas económicas nas principais economias mundiais. O semestre ficou marcado por um aumento sistemático do preço do petróleo e pelos baixos índices de confiança nas principais economias europeias.

Particularmente em relação à economia portuguesa, o primeiro semestre de 2005 caracterizou-se por um comportamento modesto da actividade económica e pelo impacto de um conjunto de medidas de política orçamental restritiva, incluídas no Programa de Estabilidade e Crescimento, com vista à correcção do desequilíbrio das finanças públicas portuguesas. Em Julho, o Banco de Portugal reviu em baixa as previsões de crescimento para o biénio de 2005 e 2006.

O universo de retalho em Portugal manteve a tendência de aumento da pressão concorrencial. No primeiro semestre do ano, a evolução do volume de vendas dos principais operadores do mercado situou-se abaixo dos 4%. Este valor é particularmente revelador tendo em conta que o número de metros quadrados de área de venda disponível cresceu acima daquele montante. O crescimento da oferta (medida em variação dos m<sup>2</sup> de área de venda) não contempla ainda o impacto do novo regime de licenciamento comercial.

No Brasil e para o mesmo período, a economia evoluiu a um ritmo inferior ao valor registado no ano de 2004. Em contraste, a evolução da procura externa continuou positiva. Este facto ocorre simultaneamente com a apreciação da moeda brasileira, influenciada pela manutenção de taxas de juro muito elevadas.

Ao longo do semestre, os indicadores de evolução do mercado de retalho, à semelhança do que se passou ao nível macroeconómico, reflectiram um andamento inferior ao verificado no ano transacto. Prevaleceu a ausência de perspectivas optimistas, relevadas por uma retracção do investimento por parte dos principais operadores e acentuadas pelas dificuldades sentidas no equilíbrio do orçamento familiar, cada vez mais pressionado pelas elevadas taxas de juro.

### ***Desenvolvimento da actividade***

O volume de vendas brutas consolidado da Modelo Continente no primeiro semestre de 2005 totalizou 2.088 milhões de Euros, aumentando 13% em relação ao semestre homólogo de 2004.

Em Portugal, o volume de vendas brutas do portfólio de insígnias da empresa ascendeu a 1.368 milhões de Euros, aumentando 4% face ao primeiro semestre de 2004, traduzindo uma evolução positiva da generalidade das insígnias. Deste montante, 1.052 milhões de Euros correspondem ao conjunto de lojas do universo alimentar, o que representa um crescimento de 3% face ao mesmo período de 2004. As cadeias de retalho especializado evidenciaram um comportamento robusto e consistente, tendo o respectivo volume de vendas brutas crescido 11% para um total de 316 milhões de Euros.

---

Num contexto de consumo que se mantém condicionado, o volume de vendas brutas da empresa no mercado brasileiro totalizou 2.354 milhões de Reais, crescendo 19% quando comparado com o período homólogo do ano anterior e claramente acima do mercado local.

Em Euros, o volume de vendas brutas representou 720 milhões de Euros, traduzindo uma variação de 32% face ao 1º semestre de 2004. Este valor incorpora uma apreciação homóloga de cerca de 9% da cotação média do Real face ao Euro no período.

O cash-flow operacional consolidado (mensurado como resultado operacional mais amortizações e provisões e perdas por imparidade) totalizou 128 milhões de Euros, montante superior em 16 milhões de Euros ao verificado no período homólogo de 2004, resultando numa variação de 14%. Este valor inclui o impacto resultante da venda de 10 lojas situadas em São Paulo.

Em Portugal, o cash-flow operacional, situou-se em 81 milhões de Euros atingindo um rácio sobre vendas líquidas de 6,7%. Este rácio, sendo inferior ao registado no período homólogo de 2004, denota a intensificação dos níveis competitivos verificados no mercado português e o necessário reforço da agressividade comercial da empresa, com uma evolução muito positiva das quantidades vendidas e com uma redução dos preços médios por produto praticados nas diferentes categorias.

Para o mesmo período, o contributo para o resultado operacional da operação brasileira ascendeu a 47 milhões de Euros, mais 23 milhões de Euros que em igual período de 2004, registando um rácio sobre vendas líquidas de 8,0%. Este valor surge influenciado pela venda das 10 unidades do Estado de S. Paulo com um impacto positivo não recorrente de 29 milhões de Euros. Recorde-se que no primeiro semestre de 2004 a operação no mercado brasileiro tinha igualmente registado cerca de 15 milhões de Euros de resultados não recorrentes.

#### ***Desenvolvimento do programa de expansão***

A Modelo Continente finalizou o 1º semestre de 2005 com um parque de 464 lojas, num total de 831.000 m<sup>2</sup> de área de venda.

Em Portugal, a expansão da empresa nos primeiros 6 meses do ano concretizou-se num acréscimo de 27.000 m<sup>2</sup> de área de venda, correspondente à abertura de 21 novas unidades no universo de retalho não alimentar e 2 lojas de retalho alimentar.

Relativamente ao mercado brasileiro e tal como referido anteriormente, a Modelo Continente celebrou com o grupo Carrefour um acordo de alienação de um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais que explorava sob a insígnia Big, no Estado de S. Paulo, envolvendo uma valorização de 326 milhões de Reais.

A presença do grupo Modelo Continente na Metrópole de São Paulo encontrava-se condicionada pela falta de dimensão relativa. Os elevados níveis de taxa de juro que têm vindo a prevalecer na economia brasileira e a aposta estratégica de canalizar o esforço de investimento para os Estados do Sul do país, onde a Modelo Continente detém uma posição de liderança, dificultaram o crescimento na região de São Paulo. Para esta região, atendendo ao enquadramento descrito, não era possível antecipar melhores condições de remuneração dos capitais investidos face àquelas que, por intermédio da referida operação, se materializaram.

#### ***Análise financeira e da estrutura de capitais***

A Modelo Continente encerrou o primeiro semestre de 2005 com um volume de vendas líquidas de 1.794 milhões de Euros, correspondente a um acréscimo de 12% face aos primeiros seis meses de 2004.

Para o mesmo período, o cash-flow operacional consolidado, mensurado conforme descrito acima, foi de 128 milhões de Euros, aumentando 14% face ao acumulado a Junho de 2004.

---

Os resultados antes de impostos alcançaram 49 milhões de Euros, que comparam com 38 milhões de Euros auferidos no semestre homólogo de 2004. No mesmo período, os resultados consolidados líquidos após interesses minoritários situaram-se em 43 milhões de Euros.

Nos últimos meses verificou-se uma redução sustentada dos níveis de endividamento da empresa (redução de 80 milhões de Euros face a Junho de 2004) aumentando a solidez da sua estrutura de capitais. No decorrer do 3º trimestre de 2005 a empresa procedeu à reestruturação do seu financiamento através da emissão de 2 empréstimos obrigacionistas (num total de 415 milhões de Euros), permitindo fortalecer ainda mais a já sólida estrutura financeira da empresa através de um significativo alargamento da maturidade da sua dívida.

### ***Perspectivas***

Em Portugal, o desenvolvimento da empresa passará pela concretização da carteira de projectos de expansão que viabiliza o seu plano estratégico de crescimento e pelo prosseguimento de uma atitude de forte inovação e optimização dos processos internos que sustentem a crescente focalização no cliente. Ao abrigo da nova lei, a Modelo Continente perspectiva para 2005 a abertura de mais um hipermercado (LoureShopping) e de 4 centros comerciais Modelo entre outras unidades de retalho especializado. Simultaneamente, dará continuidade ao processo de selecção e licenciamento de novas localizações impulsionando o reforço do seu aparelho comercial e procurará explorar novos negócios, aproveitando as sinergias que a Modelo Continente actualmente potencia.

No Brasil, após uma fase inicial de forte investimento para obtenção de massa crítica e da fase subsequente de aprofundamento do conhecimento de mercado, de experiência operativa e de afinação de conceitos, a empresa manterá uma perspectiva realista sobre onde é justificado reforçar, manter ou diminuir a presente alocação de capital empregue por cluster de activos.

Matosinhos, 7 de Setembro de 2005

O Conselho de Administração,

**INFORMAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS**

Dando cumprimento à alínea d) do nº 1 do art. 9º do regulamento da CMVM nº 04/2004, declaramos ter recebido a seguinte informação a 30 de Junho de 2005:

Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
	Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	30.06.2005
					Quantidade
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>					
<b>Belmiro Mendes de Azevedo</b>					
					49.999.997
					150.000
					14.901
<b>Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério</b>					
					4.564
<b>Manuel José Ferreira Fontoura</b>					
					73.340
<b>Notas:</b>					
<b>(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA</b>					
					949.983.715
					20.000
<b>(2) Pareuro, BV</b>					
					108.820.695
<b>(3) Imparfin, SGPS, SA</b>					
					4.105.273

## Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.

### PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao art. 9º, nº 1, alínea d) do Regulamento da CMVM nº 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 30 de Junho de 2005:

<b>Accionistas</b>	<b>Nº de acções</b>	<b>% Direitos de voto</b>
Sonae, SGPS, SA	831.991.399	75,64%
Direitos de voto imputáveis nos termos do artº 20 alínea e) do CVM (1)	246.625.000	22,42%
Total imputável	1.078.616.399	98,06%
Banco santander Totta, SA	151.781.700	13,80%
Banco Santander Central Hispano, SA	56.877.900	5,17%
Santander - Fundo de Pensões CPP	19.140.000	1,74%
Santander - Fundo de Pensões BTA	14.960.000	1,36%
Santander - Fundo de Pensões Santander	3.865.400	0,35%
Total imputável	246.625.000	22,42%

**Notas:**

(1) Imputação decorrente de acordos celebrados com o Grupo Santander Totta

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS 30-06-05	IFRS 31-12-04	POC 31-12-04
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	7	1.256.471.960	1.194.149.971	1.246.965.252
Diferenças de consolidação	8	326.356.637	265.293.994	
Investimentos	9	16.523.812	49.104.992	41.221.322
Impostos diferidos activos	12	69.694.129	59.731.623	
Outros activos não correntes	10	52.164.548	44.528.376	44.528.377
Total de activos não correntes		<u>1.721.211.086</u>	<u>1.612.808.956</u>	<u>1.332.714.951</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>				
Existências		419.667.814	387.517.766	387.517.766
Outros activos correntes	11	241.137.877	183.344.416	242.652.563
Investimentos	9	70.062.687	87.325.645	
Caixa e equivalentes de caixa	13	76.008.679	260.096.724	260.007.397
Total de activos correntes		<u>806.877.057</u>	<u>918.284.551</u>	<u>890.177.726</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<u><b>2.528.088.143</b></u>	<u><b>2.531.093.507</b></u>	<u><b>2.222.892.677</b></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>				
Capital social	14	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados		(345.779.346)	(576.996.940)	(776.614.877)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe		42.788.677	119.088.499	114.415.880
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		<u>797.009.331</u>	<u>642.091.559</u>	<u>437.801.003</u>
Interesses Minoritários	15	7.727.616	7.331.008	18.860.054
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<u><b>804.736.947</b></u>	<u><b>649.422.567</b></u>	<u><b>456.661.057</b></u>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Empréstimos	16	619.586.606	607.526.175	609.175.306
Outros passivos não correntes	18	54.450.081	44.338.488	55.634.373
Impostos diferidos passivos	12	44.852.348	43.623.446	
Provisões	21	23.434.485	17.251.593	17.237.462
Total de passivos não correntes		<u>742.323.520</u>	<u>712.739.702</u>	<u>682.047.141</u>
<b>PASSIVOS CORRENTES:</b>				
Empréstimos	16	254.670.528	251.603.218	157.278.460
Outros passivos correntes	20	722.795.060	916.684.825	926.440.178
Provisões	21	3.562.088	643.195	465.841
Total de passivos correntes		<u>981.027.676</u>	<u>1.168.931.238</u>	<u>1.084.184.479</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u><b>1.723.351.196</b></u>	<u><b>1.881.670.940</b></u>	<u><b>1.766.231.620</b></u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<u><b>2.528.088.143</b></u>	<u><b>2.531.093.507</b></u>	<u><b>2.222.892.677</b></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)					
	IFRS	IFRS	IFRS	IFRS	POC
Notas	2º Trimestre 05	30-06-05 Acumulado <sup>1</sup>	2º Trimestre 04	30-06-04 Acumulado <sup>1</sup>	30-06-04 Acumulado
Proveitos operacionais:					
Vendas	921.523.544	1.793.851.078	819.172.897	1.597.784.926	1.598.173.516
Prestações de serviços	5.619.130	11.159.011	5.521.881	11.512.079	11.820.928
Outros proveitos operacionais	102.069.618	171.957.418	78.729.891	126.969.807	95.813.616
Total de proveitos operacionais	<u>1.029.212.292</u>	<u>1.976.967.507</u>	<u>903.424.669</u>	<u>1.736.266.812</u>	<u>1.705.808.060</u>
Custos operacionais:					
Custo das vendas	(724.851.230)	(1.420.727.914)	(647.844.390)	(1.247.902.540)	(1.247.205.652)
Fornecimentos e serviços externos	(99.138.220)	(191.687.562)	(89.947.729)	(173.424.155)	(170.873.950)
Custos com o pessoal	(103.078.665)	(200.557.416)	(89.397.947)	(177.008.357)	(176.975.919)
Amortizações e depreciações	7 (23.468.285)	(45.659.440)	(20.871.245)	(41.315.407)	(47.113.884)
Provisões e perdas por imparidade	21 (7.898.325)	(7.291.870)	(1.011.076)	(2.018.542)	(4.706.143)
Outros custos operacionais	(20.680.828)	(35.892.196)	(13.123.570)	(25.870.240)	(9.515.084)
Total de custos operacionais	<u>(979.115.553)</u>	<u>(1.901.816.398)</u>	<u>(862.195.957)</u>	<u>(1.667.539.241)</u>	<u>(1.656.390.632)</u>
Resultados operacionais	50.096.739	75.151.109	41.228.712	68.727.571	49.417.428
Resultados financeiros					
Resultados relativos a empresas associadas	(12.647.917)	(25.584.902)	(14.729.841)	(30.860.992)	(24.059.967)
Resultados relativos a investimentos	386.489	262.323	52.725	(338.334)	(591.378)
Resultados relativos a investimentos	(512.304)	(512.304)	141	141	14.429.689
Resultado antes de impostos	<u>37.323.007</u>	<u>49.316.226</u>	<u>26.551.737</u>	<u>37.528.386</u>	<u>39.195.772</u>
Imposto sobre o rendimento	25 (4.188.529)	(6.130.750)	(3.912.250)	(5.609.871)	(6.872.218)
Resultado depois de impostos	<u>33.134.478</u>	<u>43.185.476</u>	<u>22.639.487</u>	<u>31.918.515</u>	<u>32.323.554</u>
Resultado consolidado do trimestre	<u>33.134.478</u>	<u>43.185.476</u>	<u>22.639.487</u>	<u>31.918.515</u>	<u>32.323.554</u>
Atribuível a:					
Accionistas da Empresa-Mãe	32.980.902	42.788.677	22.114.985	31.306.126	31.789.937
Interesses Minoritários	15 153.576	396.799	524.502	612.389	533.617
Resultados por acção (básico e diluído)	26 0,03	0,04	0,02	0,03	0,03

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

1) Preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e sujeitas a revisão limitada por auditores externos cumprindo os deveres de prestação de contas semestrais requeridos pela CMVM.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)

	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe				Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital Social	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	1.100.000.00€	(578.683.653)	-	521.316.347	11.214.733	532.531.080
Varição nas reservas						
Reservas de conversão	-	-	-	-	-	-
Reservas de cobertura	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Resultado consolidado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2004	1.100.000.00€	(578.683.653)	-	521.316.347	11.214.733	532.531.080
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1.100.000.00€	(576.996.940)	119.088.49€	642.091.55€	7.331.008	649.422.567
Aplicação do resultado consolidado de 2004						
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	119.088.49€	(119.088.49€)	-	-	-
Varição nas reservas						
Reservas de conversão	-	114.264.57€	-	114.264.57€	-	114.264.57€
Reservas de cobertura	-	(2.554.014)	-	(2.554.014)	-	(2.554.014)
Outros	-	418.539	-	418.539	(191)	418.348
Resultado consolidado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005	-	-	42.788.677	42.788.677	396.799	43.185.476
Saldo em 30 de Junho de 2005	1.100.000.00€	(345.779.346)	42.788.677	797.009.331	7.727.616	804.736.947

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.  
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 30 DE JUNHO DE 2004  
(Montantes expressos em euros)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	30-06-05	30-06-04
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>(118.731.980)</u>	<u>(107.703.218)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		(192.823)	503.055
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		61.694.293	2.932.825
Juros e proveitos similares		8.577.851	16.674.795
Dividendos		141	141
Empréstimos concedidos			
Outros			442.247
		<u>70.079.462</u>	<u>20.553.063</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(16.268.361)	(45.641.480)
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		(101.501.716)	(57.120.656)
Empréstimos concedidos			
Outros		-	-
		<u>(117.770.077)</u>	<u>(102.762.136)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(47.690.615)</u>	<u>(82.209.073)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		538.237.831	482.820.324
Outros		-	-
		<u>538.237.831</u>	<u>482.820.324</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(535.467.989)	(583.969.920)
Juros e custos similares		(32.744.183)	(39.760.926)
Dividendos		(74)	(67)
Outros			
		<u>(568.212.246)</u>	<u>(623.730.913)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(29.974.415)</u>	<u>(140.910.589)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(196.397.010)</u>	<u>(330.822.880)</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>(8.823.486)</u>	<u>47.453</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	<u>(255.709.319)</u>	<u>(321.380.524)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	<u>68.135.795</u>	<u>(9.489.809)</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE SGPS, S.A.  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Modelo Continente”) tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 e 5 (“Grupo Modelo Continente”). Os negócios do Grupo e as áreas de actuação encontram-se descritos na Nota 28.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005 conforme adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 31, na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 5) no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.11).

## 2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

### b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do período na rubrica resultados relativos a empresas associadas.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

#### c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas foram registadas na rubrica Diferenças de consolidação ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 8). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no período são registadas na demonstração de resultados do período na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas foram reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

#### Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

#### d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e resultados transitados. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	30.06.05		31.12.04	30.06.04	
	Final do período	Média do período	Final do período	Final do período	Média do período
Real brasileiro	0,35101	0,30319	0,27665	0,26428	0,27475

### 2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de

eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

#### 2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, desde a data em que os activos estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

#### 2.5. Locações

##### Situações em que o Grupo age como Locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## 2.6. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

## 2.7. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## 2.8. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

## 2.9. Existências

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou do custo médio ponderado.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor líquido de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas.

## 2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

## 2.11. Instrumentos financeiros

### a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de

justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do período.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;

- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, “forwards” de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede também à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

## 2.12. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae e/ou das suas filiais cotadas.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

## 2.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## 2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, considerando o resultado intercalar e a taxa anual efectiva de imposto estimada.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

## 2.15. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos recebidos ou a receber são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

#### 2.16. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada período. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do período, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f)).

#### 2.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

#### 2.18. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito e resultado intercalar ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 28.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

### 4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		30.06.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
<b><u>Empresa mãe</u></b>					
Modelo Continente SGPS, S. A.	Matosinhos				
<b><u>Modelo Continente</u></b>					
Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cacettino – Comércio Retalhista e Expl. Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente – Industria e Distribuição Carnes, S.A.	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
a) Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Marinha Grande	100,00%	100,00%	-	-
Contifin - S.G.P.S., Lda	Matosinhos	89,90%	89,90%	89,90%	89,90%
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	Castelo Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor – Design e Serviços, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor - Industria de Fios, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, S.A.	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Global S Hipermercado, Lda.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IGI – Investimento Imobiliário, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
b) Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		30.06.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Informeios - Projectos e Representações, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield – Informática, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inventory - Acessórios de Casa, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Maxoffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Modis International Trade, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Investimentos Brasil, S.A.	São Paulo(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
d) Modelo Investimentos Financeiros, Ltda.	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-
Modis - Distribuição Centralizada, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modis, S.G.P.S., Lda	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	Ermesinde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
c) Pinto Ribeiro – Supermercados, S.A.	Viana do Castelo	90,00%	90,00%	-	-
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	Porto Alegre(Brasil)	97,67%	97,67%	96,56%	96,56%
a) Sonae Promotora de Vendas, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-
Sonae Retalho Espanha – Servicios Generales, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, B.V.	Amsterdam(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Distrifin - Comercio y Prestacion de Servicios, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SRE - Projectos e Consultadoria, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor.Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

- a) Alteração de denominação social, adquirida durante o primeiro semestre de 2005
- b) Filial alienada em 20 de Junho de 2005.
- c) Filial adquirida em 30 de Junho de 2005.
- d) Filial criada em 13 de Abril de 2004 e inactiva até Maio de 2005.

## 5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		30.06.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Star-Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
a) Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A.	Maia	-	-	49,90%	49,90%
Sonaegest-Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%
Sempre a Postos-Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.b).

a) Associada alienada em 28 de Junho de 2005.

## 6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no período findo em 30 de Junho de 2005 foram as seguintes:

### Aquisições

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		30.06.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Marinha Grande	100,00%	100,00%	-	-
Pinto Ribeiro - Supermercados, S.A.	Viana do Castelo	90,00%	90,00%	-	-

### Efeito das aquisições e alienações

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2005:

	Valor Contabilístico	Imputação Justo Valor	Justo Valor
Activos líquidos adquiridos			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.997.829	1.934.669	3.932.498
Existências	489.222		489.222
Outros activos correntes	726.506		726.506
Caixa e equivalentes a caixa	224.010		224.010
Impostos diferidos		100.972	100.972
Empréstimos	(592.712)		(592.712)
Outros passivos	(5.050.795)		(5.050.795)
	<u>(2.205.940)</u>	<u>2.035.641</u>	<u>(170.299)</u>
Diferenças de consolidação (Nota 8)			2.210.490
Preço de aquisição			<u>2.040.191</u>
Pagamentos efectuados			2.040.191
Montantes a pagar no futuro			-
			<u>2.040.191</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição			
Pagamentos efectuados			2.040.191
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos			<u>(224.010)</u>
			<u>1.816.181</u>

Os impactos das aquisições na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

Custos operacionais		<u>(9.954)</u>
	Resultado antes impostos	<u>(9.954)</u>
Imposto sobre o rendimento		<u>(2.663)</u>
	Resultado líquido	<u>(7.291)</u>

### Alienações

Firma	Sede Social	Capital detido		Capital detido	
		30.06.2005		31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	-	-	100,00%	100,00%

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação e em 31 de Dezembro de 2004 são os seguintes:

	<u>Data da alienação</u>	<u>31.12.2004</u>
Activos líquidos alienados		
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	6.108.843	
Outros activos correntes	168	22.500.900
Caixa e equivalentes a caixa	325.142	1.051
Outros passivos	<u>(6.337.462)</u>	<u>(20.996.620)</u>
	<u>96.691</u>	<u>1.505.331</u>
Ganho ou perda na alienação	<u>5.309</u>	
Preço da alienação	<u>102.000</u>	
Recebimentos efectivados	<u>102.000</u>	
Montantes a pagar no futuro	<u>102.000</u>	
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação		
Recebimentos efectivados	102.000	
Caixa e equivalentes a caixa alienados	<u>(325.142)</u>	
	<u>(223.142)</u>	

Os resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período até à data de alienação destas sociedades podem ser detalhados como segue:

	<u>Data</u>	
	<u>Alienação</u>	<u>31.12.2004</u>
Proveitos operacionais	-	3.000.978
Custos operacionais	(10.740)	(20.938)
Resultado financeiro	<u>60.778</u>	<u>(797.857)</u>
	Resultado antes impostos	50.038 2.182.183
Imposto sobre o rendimento	<u>(13.761)</u>	<u>(393.933)</u>
	Resultado líquido	<u>36.277 1.788.250</u>

## 7. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Durante o primeiro semestre de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

### Imobilizações corpóreas

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado corpóreo b)	Total corpóreo
<b>Activo bruto:</b>										
Saldo inicial	828.855.869	556.452.919	17.713.519	118.774.183	4.576.316	251.533	1.892.005	33.632.508	27.621.815	1.589.770.667
Variações do perímetro de consolidação	(281.398)	1.304.691	64.413	121.028	-	-	-	(2.772.048)	(212.625)	(1.775.939)
Investimento	16.476.356	7.702.551	605.565	2.194.676	22.017	-	-	58.171.124	-	85.172.289
Desinvestimento (c)	(40.999.771)	(24.324.418)	(468.177)	(3.043.593)	(30.710)	(225)	-	(538.116)	-	(69.405.010)
Efeito da conversão cambial	25.971.412	50.533.407	1.193.268	7.794.438	-	-	-	824.183	150.713	86.467.421
Transferências	34.203.691	19.576.475	375.301	1.825.530	629.668	-	(11.286)	(35.808.594)	(21.986.922)	(1.196.137)
Saldo final	864.226.159	611.245.625	19.483.889	127.666.262	5.197.291	251.308	1.880.719	53.509.057	5.572.981	1.689.033.291
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>										
Saldo inicial	112.412.641	255.785.555	14.475.941	64.929.062	3.305.830	251.533	1.875.357	-	-	453.035.919
Variações do perímetro de consolidação	126.362	226.526	22.790	24.728	-	-	-	-	-	400.406
Depreciação do período	7.578.255	24.834.025	684.230	6.513.400	318.948	-	6.437	-	-	39.935.295
Desinvestimento	(4.266.168)	(8.003.363)	(325.244)	(1.705.411)	(29.506)	(225)	-	-	-	(14.329.917)
Efeito da conversão cambial	3.367.228	20.124.576	759.127	3.987.804	-	-	-	-	-	28.238.735
Transferências	130.456	(164.835)	1.368	(218.980)	(1.082)	-	(13.831)	-	-	(266.904)
Saldo final	119.348.774	292.802.484	15.618.212	73.530.603	3.594.190	251.308	1.867.963	-	-	507.013.534
<b>Valor líquido</b>	<b>744.877.385</b>	<b>318.443.141</b>	<b>3.865.677</b>	<b>54.135.659</b>	<b>1.603.101</b>	<b>-</b>	<b>12.756</b>	<b>53.509.057</b>	<b>5.572.981</b>	<b>1.182.019.757</b>

### Imobilizações incorpóreas

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Indust. e outros direitos	Software	Trespases	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado incorpóreo	Total incorpóreo
<b>Activo bruto:</b>								
Saldo inicial	233.669	5.011.725	80.410.148	11.679.303	-	3.681.438	-	101.016.283
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimento	-	9.837.917	870.504	-	-	9.491.812	-	20.200.233
Desinvestimento	-	(109.169)	(10.993)	-	-	(75.900)	-	(196.062)
Efeito da conversão cambial	-	1.983.575	1.938.816	-	-	-	-	3.922.391
Transferências/Abates	-	312.151	2.147.401	-	-	(2.306.274)	-	153.278
Saldo final	233.669	17.036.199	85.355.876	11.679.303	-	10.791.076	-	125.096.123
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>								
Saldo inicial	22.903	1.989.451	32.099.533	9.489.173	-	-	-	43.601.060
Variações do perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do período	23.367	593.745	4.656.537	450.492	-	-	-	5.724.141
Desinvestimento	-	-	(8.985)	-	-	-	-	(8.985)
Efeito da conversão cambial	-	118.709	1.217.131	-	-	-	-	1.335.840
Transferências/Abates	-	4.456	(12.592)	-	-	-	-	(8.136)
Saldo final	46.270	2.706.361	37.951.624	9.939.665	-	-	-	50.643.920
<b>Valor líquido</b>	<b>187.399</b>	<b>14.329.838</b>	<b>47.404.252</b>	<b>1.739.638</b>	<b>-</b>	<b>10.791.076</b>	<b>-</b>	<b>74.452.203</b>

a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo”, referem-se aos seguintes projectos:

Remodelação e Expansão de lojas em Portugal	19.565.130
Remodelação e Expansão de lojas no Brasil	4.877.411
Novos projectos em Portugal	37.469.261
	<u>61.911.802</u>

b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Adiantamentos por conta imobilizações corpóreas”, referem-se fundamentalmente aos seguintes projectos:

Projectos lojas Continente e Modelo	4.538.009
Projectos lojas Brasil	1.032.973
	<u>5.570.982</u>

c) Os valores mais significantes na rubrica “desinvestimento” referentes a Terrenos e Edifícios e Equipamento Básico são referentes à alienação pela Sonae Distribuição Brasil, S.A. de um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais que explorava sob a insígnia Big, no Estado de S. Paulo, Brasil. A alienação representou um encaixe financeiro de, aproximadamente, 326 milhões de Reais e uma mais valia consolidada de, aproximadamente, 29 milhões de euros.

## 8. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2005, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Diferenças de Consolidação Positivas
<b>Valor Bruto:</b>	
Saldo inicial	265.293.994
Novas empresas no consolidado (Nota 6)	2.210.490
Variação cambial	58.852.153
Saldo final	326.356.637

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com periodicidade anual.

## 9. INVESTIMENTOS

No primeiro semestre de 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	Investimentos	
	Não correntes	Correntes
<b><u>Investimentos em associadas</u></b>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	40.590.323	-
Aquisições durante o semestre	6.397.309	-
Alienações durante o semestre	(31.899.205)	-
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	365.202	-
Saldo em 30 de Junho de 2005	15.453.629	-
<b><u>Investimentos disponíveis para venda</u></b>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1.224.596	-
Saldo em 30 de Junho de 2005	1.224.596	-
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 21)	(470.413)	-
	754.183	-
<b><u>Instrumentos Financeiros derivados (Nota 17)</u></b>		
Justo valor em 1 de Janeiro de 2005		87.325.645
Aumento/(diminuição) no justo valor		(17.262.958)
Justo valor em 30 de Junho de 2005	-	70.062.687
<b><u>Adiantamentos para Investimentos Financeiros</u></b>		
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	7.760.486	-
Aquisições concretizadas durante o trimestre	(8.005.445)	-
Efeito da actualização cambial	560.959	-
Saldo em 30 de Junho de 2005	316.000	-
	16.523.812	70.062.687

Os investimentos em associadas incluem diferenças de consolidação no valor de 8.196.454 euros (8.176.661 euros em 31 de Dezembro de 2004).

Durante o semestre foi alienada a associada Sonae Retalho Especializado, S.G.P.S., S.A. a uma filial da Sonae, S.G.P.S.

O valor registado em investimentos disponíveis para venda corresponde fundamentalmente a acções em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável pelo que estes investimentos se mantêm ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

## 10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Clientes e outros devedores	46.646.145	39.353.115
Estado e outros entes públicos	5.518.403	5.175.261
	<u>52.164.548</u>	<u>44.528.376</u>

Os valores registados em Clientes e outros devedores não correntes, correspondem fundamentalmente a Depósitos judiciais efectuados por uma filial brasileira (Nota 18).

## 11. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é o seguinte:

	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Clientes	30.317.118	32.811.602
Estado e outros entes públicos	36.924.230	33.889.426
Outros devedores	175.025.046	129.966.237
Adiantamentos a fornecedores	110.640	9.210
Outros activos correntes	17.695.143	6.253.423
	260.072.177	202.929.898
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 21)	(18.934.300)	(19.585.482)
	<u>241.137.877</u>	<u>183.344.416</u>

A rubrica Outros devedores é constituída essencialmente por: (i) operações de vendas a crédito, maioritariamente efectuadas no Brasil, através de cheques pré-datados, bem como por valores a receber relativos a vendas efectuadas que foram liquidadas pelos clientes através de cartões de crédito e que foram reembolsados pelas instituições financeiras durante Julho de 2005; (ii) valores a receber relativos a imóveis alienados no final de 2004; (iii) saldos devedores de fornecedores; e (iv) valores a receber relativos à venda da participação de uma filial.

## 12. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<u>Impostos diferidos activos</u>		<u>Impostos diferidos passivos</u>	
	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Imputação do justo valor em aquisição filiais (Nota 6)	-	-	528.647	-
Homogeneização de amortizações	1.588.569	1.291.601	34.317.332	33.101.789
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	3.453.783	3.429.033	-	-
Anulação de imobilizações	11.189.213	11.681.306	-	-
Anulação de custos diferidos	64.112	211.763	-	-
Valorização de instrumentos derivados	3.284.921	3.670.378	3.159.892	3.593.966
Mais/menos-valias reinvestidas	-	-	3.767.763	3.808.597
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	3.078.714	3.119.094
Prejuízos fiscais reportáveis	50.113.531	39.447.542	-	-
	<u>69.694.129</u>	<u>59.731.623</u>	<u>44.852.348</u>	<u>43.623.446</u>

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2004 e utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquela data, os mesmos eram reportáveis como segue:

	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
<b>Com limite de data de utilização</b>			
Gerados em 1999	59.925	16.479	2005
Gerados em 2000	800.575	220.158	2006
Gerados em 2001	3.003.074	825.846	2007
Gerados em 2002	11.783.165	3.240.370	2008
Gerados em 2003	8.262.433	2.272.169	2009
Gerados em 2004	1.354.651	372.529	2010
	<u>25.263.823</u>	<u>6.947.551</u>	
<b>Sem limite de data de utilização</b>			
Gerados em 1999	20.073.303	3.498.798	
Gerados em 2000	29.235.545	4.219.443	
Gerados em 2001	10.260.994	1.215.915	
Gerados em 2002	139.437.889	23.565.835	
	<u>199.007.731</u>	<u>32.499.991</u>	
	<u>224.271.554</u>	<u>39.447.542</u>	

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005 a valorização do real face ao euro naquele período provocou um aumento da rubrica de activos por impostos diferidos relacionado com os prejuízos gerados no Brasil de, aproximadamente, 8.730.000 euros.

### 13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	30.06.05	31.12.04
Numerário	2.319.027	1.943.338
Depósitos bancários	73.689.652	245.778.386
Aplicações de tesouraria	-	12.375.000
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>76.008.679</u>	<u>260.096.724</u>
Descobertos bancários (Nota 16)	<u>(7.872.884)</u>	<u>(4.387.405)</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>68.135.795</u>	<u>255.709.319</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

### 14. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma. Nessa data a sociedade e suas filiais não detinham acções próprias.

As seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2005:

Entidade	%
Sonae, S.G.P.S, S.A.	75,64
Banco Santander Totta, S.A.	22,42

## 15. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o período findo em 30 de Junho de 2005 foram os seguintes:

	30.06.05
Saldo inicial em 1 de Janeiro	7.331.008
Variações de capitais próprios das empresas filiais	(191)
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	396.799
Saldo final em 30 de Junho	7.727.616

## 16. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	30.06.05				31.12.04			
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	152.166.026	296.062.024	152.202.367	296.699.388	152.980.383	281.585.260	152.980.383	297.175.551
Empréstimos obrigacionistas	-	178.275.153	-	182.000.000	-	177.958.653	-	182.000.000
Outros empréstimos		135.219.824		129.999.755		134.888.140		129.999.755
Descobertos bancários (Nota 13)	7.872.884		7.872.884	-	4.387.405	-	4.387.405	-
Instrumentos financeiros derivados (Nota 17)	90.861.784				92.486.786			
	250.900.694	609.557.001	160.075.251	608.699.143	249.854.574	594.432.053	157.367.788	609.175.306
Credores por locações financeiras	3.769.834	10.029.605	3.769.834	10.029.605	1.748.644	13.094.122	1.748.644	13.094.122
	254.670.528	619.586.606	163.845.085	618.728.748	251.603.218	607.526.175	159.116.432	622.269.428

Os empréstimos são reembolsáveis nos seguintes anos:

	30.06.05	31.12.04
2005	158.138.020	168.593.078
2006	426.480.953	422.001.628
2007	9.855.616	3.675.959
2008	2.313.875	1.680.863
2009	101.917.196	101.588.042
2010	1.868.173	1.846.290
Após 2010	82.000.000	82.000.000
	782.573.833	781.385.860

### Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000

#### Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,75% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

#### Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 1,15% a.a. Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

#### Empréstimos Bancários – não correntes

Inclui:

a) Empréstimo bancário obtido junto de um sindicato de instituições financeiras, cujo montante em dívida ascende a euro 340.000.000 com reembolso até 2006 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado, dos quais 200.000.000 euro correspondem a “Revolving facility”. O montante relativo à “Revolving facility” foi classificado como não corrente por ser intenção do Conselho de Administração manter a utilização desta facilidade de crédito por um período não inferior a um ano. Actualmente encontram-se classificados como empréstimos não ocorrentes 270.000.000 euro, estando 70.000.000 euro classificado como de correntes;

b) Empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira, no valor de euro 4.000.000 com reembolso até 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Actualmente encontram-se classificados como não correntes 2.800.000 euro e o restante como corrente;

c) Empréstimos obtidos no Brasil no valor nominal de 68.087.485 reais ( 23.899.388 euros) com reembolsos até 2009 e pagamentos de juros mensais calculados com base em taxas de mercado.

#### Outros empréstimos – não correntes

Em 30 de Junho de 2005 esta rubrica corresponde a um empréstimo concedido por uma entidade externa, o qual vence juros a taxas de mercado e será reembolsado em 2006.

Para efeito de apresentação de contas e dado que este empréstimo tem associado uma aplicação sem risco no montante de 27.500.000 euros, cuja maturidade é idêntica à do empréstimo, a Empresa optou por apresentar no balanço anexo o valor da dívida (157.499.755 euros) líquidos da referida aplicação financeira, por ter a capacidade legal de o efectuar.

Adicionalmente o valor contabilístico do empréstimo inclui 5.220.069 euros (4.888.385 euros em 31 de Dezembro de 2004) relativo a operação de cobertura de justo valor através da contratação de swaps de taxa de juro (Nota 17), líquido do efeito de juros especializados com estas operações de cobertura, bem como custos de montagem desta estrutura de financiamento.

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

### Derivados de taxa de câmbio

O Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, por forma a efectuar a cobertura de fluxos de caixa futuros.

Desta forma o Grupo contratou diversos “forwards” de taxa de câmbio e opções de compra e venda de divisas, por forma a gerir o risco de taxa de câmbio a que está exposto.

Em 30 de Junho de 2005, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Activos	426.786	307.485
Passivos		(573)
	<u>426.786</u>	<u>306.912</u>

Os ganhos e perdas do período associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados que não foram considerados de cobertura, no montante de 163.034 euros, foram registados directamente na demonstração de resultados na rubrica de resultados financeiros.

O Grupo procedeu ainda à alienação de opções de compra de moeda como forma de cobertura de justo valor das opções de compra de moeda adquiridas implícitas em empréstimos obtidos. O justo valor estimado destas opções, o qual é idêntico ao justo valor estimado das opções cobertas ascendia a 4.722.949 euros (5.494.113 euros em 31 de Dezembro de 2004), tendo sido objecto de registo os correspondentes activo e passivo.

#### Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de cobertura utilizados pelo Grupo existentes em 30 de Junho de 2005, respeitam, fundamentalmente, a “swaps” (“cash flow hedges”) contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos no montante de 140.000.000 euros (140.000.000 euros em 31 de Dezembro de 2004) cujo justo valor ascendia a:

	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Passivos	(1.348.466)	(1.204.549)
	<u>(1.348.466)</u>	<u>(1.204.549)</u>

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e avaliações externas quando esses sistemas não permitem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado.

Os princípios de cobertura de risco geralmente utilizados pelo Grupo na contratação destes instrumentos financeiros de cobertura, são os seguintes:

- “Matching” entre fluxos de caixa pagos e recebidos, i.e., existe coincidência entre as datas de refixação da taxa de juro dos financiamentos contratados com o banco e as datas de refixação da taxa de juro no derivado;
- “Matching” perfeito entre indexantes: o indexante de referência no instrumento financeiro de cobertura e no financiamento ao qual o derivado está subjacente são coincidentes;
- Num cenário de subida extrema de taxas de juro, o custo máximo do financiamento está limitado.

Seleção das contrapartes dos derivados com base na solidez financeira e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo, esse perfil de risco mensurado normalmente através de nota de rating atribuída por empresas de rating de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados são Instituições Financeiras de primeira linha de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Adicionalmente, o Grupo contratou derivados de taxa de juro (swaps de taxa de juro) com o objectivo de cobrir o justo valor de determinados empréstimos de taxa fixa. O justo valor destes derivados foi registado por contrapartida da demonstração de resultados, tendo, na parcela eficaz de cobertura, sido ajustado o valor dos respectivos empréstimos cobertos os

quais estão registados de acordo com o custo amortizado. O justo valor destes instrumentos derivados ascende a 6.606.597 euros (8.823.290 euros em 31 de Dezembro de 2004).

#### Derivados de taxa de juro e taxa de câmbio

Em 30 de Junho de 2005 o Grupo mantinha contratados instrumentos derivados que incorporam gestão do risco de taxa de câmbio e do risco de taxa de juro. Destinam-se fundamentalmente a eliminar a volatilidade do activo ou passivo coberto e dos respectivos juros originada por variações das taxas de câmbio; pressupõem a troca da taxa de juro associada ao instrumento coberto por uma taxa de juro de mercado para activos ou passivos denominados na moeda local da subsidiária que detêm os instrumentos.

No sentido de garantir o cumprimento dos objectivos da cobertura é assegurado que as variáveis fundamentais do instrumento derivado são as mesmas do instrumento coberto, nomeadamente no que respeita ao valor nominal, datas de troca de fluxos e períodos de contagem de juros.

Estes instrumentos de cobertura encontram-se avaliados ao justo valor, à data do balanço, determinado de acordo com os critérios aplicados na avaliação dos restantes instrumentos derivados detidos pelo Grupo.

Em 30 de Junho de 2005, o justo valor destes instrumentos de cobertura ascendia a (26.484.015) euros, dos quais (26.125.091) euros se destinam a cobrir o justo valor do instrumento coberto e os restantes à cobertura dos cash-flows.

	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Activos	58.306.355	72.700.757
Passivos	<u>(84.790.369)</u>	<u>(85.787.551)</u>
	<u>(26.484.014)</u>	<u>(13.086.794)</u>

#### Justo valor de instrumentos derivados financeiros

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	<u>Activos (Nota 9)</u>		<u>Passivos (Nota 16)</u>	
	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Derivados de especulação	162.461	-	-	573
Derivados de cobertura	<u>69.900.226</u>	<u>87.325.645</u>	<u>90.861.784</u>	<u>92.486.213</u>
	<u>70.062.687</u>	<u>87.325.645</u>	<u>90.861.784</u>	<u>92.486.786</u>

#### 18. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Empresas participantes (Nota 24)	15.825.652	14.325.652
Outras dívidas a terceiros não correntes	36.059.695	28.358.606
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 19)	<u>2.564.734</u>	<u>1.654.230</u>
	<u>54.450.081</u>	<u>44.338.488</u>

A rubrica Outras dívidas a terceiros não correntes corresponde essencialmente aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existem depósitos judiciais registados na rubrica Clientes e Outros devedores não correntes (Nota 10).

## 19. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

O Grupo Modelo Continente concedeu, em 2005 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Modelo Continente na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos são valorizadas nos termos da nota 2.12 e em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004. O valor de mercado do total das responsabilidades decorrentes dos planos de desempenho diferido em aberto pode ser resumido como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				30.06.05	31.12.04
<b>Acções</b>					
	2002	2005	40		950.383
	2003	2006	40	1.864.831	1.817.349
	2004	2007	49	1.539.915	1.327.994
	2005	2008	41	1.444.504	
<b>Total</b>				<b>4.849.250</b>	<b>4.095.726</b>

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas, desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

Registado em outros passivos não correntes	2.564.734	1.654.230
Registado em outros passivos correntes		950.383
Registado em reservas	(1.654.230)	(1.239.372)
Valor registado em custos com pessoal	910.504	1.365.241

## 20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	30.06.05	31.12.04
Fornecedores	565.971.308	754.894.097
Empresas participadas e participantes	83	766.498
Outros credores	37.593.671	43.864.945
Estado e outros entes públicos	26.454.026	39.336.757
Custos a pagar	90.641.838	74.171.575
Proveitos diferidos	2.134.134	2.700.570
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 19)		950.383
	<b>722.795.060</b>	<b>916.684.825</b>

A Sociedade concedeu aos accionistas de uma participada opções de venda de acções cuja concretização representa, conforme condições contratuais, um conjunto de responsabilidades assumidas no máximo global de 35,5 milhões de dólares americanos (aproximadamente 29,4 milhões de euros).

## 21. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o período findo em 30 de Junho de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo			Saldo final
	inicial	Aumentos a)	Diminuições	
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 9)	470.413	-	-	470.413
Perdas de imparidade acumuladas em activos correntes (Nota 11)	19.585.482	1.380.387	(2.031.569)	18.934.300
Provisões	17.894.788	13.116.910	(4.015.125) b)	26.996.573
	<b>37.950.683</b>	<b>14.497.297</b>	<b>(6.046.694)</b>	<b>46.401.286</b>

- a) Nos aumentos está incluído o valor de 5.145.411 euros, referente à variação cambial dos saldos iniciais, tendo sido contabilizado em Reservas de conversão, bem como 3.076.805 euros (10.148.108 reais) para eventuais custos a incorrer com a alienação de lojas no Brasil (Nota 7).
- b) Foi revertida uma provisão para cobertura de perdas acumuladas registadas por uma empresa associada no valor de (2.347.122) euros, bem como o valor de (643.194) euros relativo a reversão de provisões registado na rubrica de Outros proveitos operacionais.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

A rubrica Provisões inclui o valor de 21.708.204 euros para processos judiciais duma filial do Brasil.

## 22. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<u>30.06.05</u>	<u>31.12.04</u>
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	49.644.862 a)	36.080.134
por processos autárquicos em curso	8.355.903	7.782.492
Outras	4.048.737	4.638.101

a) Inclui garantias de 25.990.992 euros relativos a processos de IRC, bem como garantias de 22.826.308 euros relativos a processos de IVA.

## 23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 30 de Junho de 2005 o Grupo não tinha assumido compromissos para a aquisição de imobilizado ou outro tipo de compromissos financeiros não reflectidos no balanço.

## 24. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

<u>Transacções</u>	vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos		Juros auferidos		Juros suportados	
	30.06.05	30.06.04	30.06.05	30.06.04	30.06.05	30.06.04	30.06.05	30.06.04
Empresa - Mãe e filiais	423.050	291.488						
Empresas associadas	166.029	67.711	1.232.264	1.195.407				
Empresas participadas	20.262.556	20.346.841						
Empresas participantes	132.918	174.505	211.012	205.950	355.869	180.664	168.757	167.832
Outras partes relacionadas	12.037.773	8.159.658						
	<u>33.022.326</u>	<u>29.040.203</u>	<u>1.443.276</u>	<u>1.401.357</u>	<u>355.869</u>	<u>180.664</u>	<u>168.757</u>	<u>167.832</u>

<u>Saldos</u>	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos			
	30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04	Obtidos		Concedidos	
					30.06.05	31.12.04	30.06.05	31.12.04
Empresa - Mãe	769.846	464.505		5.417				
Empresas associadas	111.515	143.572	211.070	84.586				
Empresas participadas	7.880.165	6.969.998						
Empresas participantes	334.879		86.089	210.018	15.825.652	14.325.652		
Outras partes relacionadas	61.417.552	36.762.645	18.514.335	22.844.299				
	<u>70.513.957</u>	<u>44.340.720</u>	<u>18.811.494</u>	<u>23.144.320</u>	<u>15.825.652</u>	<u>14.325.652</u>	-	-

Os montantes registados como empréstimos obtidos de empresas participantes correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

## 25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no primeiro semestre de 2005 e 2004 são detalhados como segue:

	30.06.05	30.06.04
Imposto corrente	6.905.428	5.593.926
Imposto diferido	(774.678)	15.945
	<u>6.130.750</u>	<u>5.609.871</u>

## 26. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	30.06.05	30.06.04
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	43.185.476	31.918.515
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>43.185.476</u>	<u>31.918.515</u>
<b>Número de acções</b>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.100.000.000	1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.100.000.000</u>	<u>1.100.000.000</u>
<b>Resultados por acção (básico e diluído)</b>	0,04	0,03

## 27. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 5 de Abril de 2005 não foram atribuídos dividendos.

## 28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os contributos dos principais segmentos para a Demonstração de Resultados consolidada do primeiro semestre de 2005 e 2004 podem ser analisados como segue:

	euros		
30 de Junho de 2005	Portugal	Brasil	Consolidado
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas	1.206.292.258	587.558.820	1.793.851.078
Cash-flow operacional (EBITDA) a)	81.000.428	47.101.991	128.102.419
Resultados Operacionais (EBIT)	47.498.182	27.652.927	75.151.109
FTE's	18.466	21.534	40.000
Nr. lojas	304	160	464
Área de venda ('000 m <sup>2</sup> )	459	372	831
			euros
30 de Junho de 2004	Portugal	Brasil	Consolidado
<b>Proveitos operacionais</b>			
Vendas	1.153.825.545	443.959.381	1.597.784.926
Cash-flow operacional (EBITDA) a)	87.672.975	24.388.545	112.061.520
Resultados Operacionais (EBIT)	55.455.335	13.272.236	68.727.571
FTE's	17.512	19.860	37.372
Nr. lojas	273	166	439
Área de venda ('000 m <sup>2</sup> )	428	434	862

a) Resultado operacional mais amortizações, depreciações mais provisões e perdas por imparidade

Os contributos dos principais segmentos para os Capitais Empregues Líquidos no consolidado do primeiro semestre de 2005:

30 de Junho de 2005	Portugal	Brasil	Consolidado
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	981.633.084	274.838.876	1.256.471.960
Diferenças de consolidação	48.553.332	277.803.305	326.356.637
Investimentos	10.156.822	6.366.990	16.523.812
Impostos diferidos activos	27.141.917	42.552.212	69.694.129
Existências	303.829.461	115.838.353	419.667.814
Outros activos	161.099.102	132.203.323	293.302.425
Impostos diferidos passivos	-39.295.305	-5.557.043	-44.852.348
Provisões	-1.726.281	-25.270.292	-26.996.573
Outros passivos	-558.875.057	-218.370.084	-777.245.141
<b>Capitais empregues líquidos</b>	<b>932.517.075</b>	<b>600.405.640</b>	<b>1.532.922.715</b>

Capitais empregues líquidos = Total do capital próprio + Dívida financeira líquida

Dívida financeira líquida = Empréstimos não correntes + Empréstimos correntes - Investimentos correntes - Caixa e equivalentes de caixa

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de Junho de 2005 ocorreram os seguintes factos relevantes que não afectaram as demonstrações financeiras pois os correspondentes efeitos só se verificaram após essa data:

-Emissão de dois empréstimos obrigacionistas pela Modelo Continente, SGPS, S.A., um em 2 de Agosto de 2005, no valor de 150.000.000 euros, com vencimento a sete anos, sem garantias e outro em 3 de Agosto de 2005, no valor de 265.000.000 euros, com vencimento a cinco anos, sem garantias.

Com estas operações foi liquidado o empréstimo bancário no valor de 340.000.000 euros mencionados na nota 16.

## 30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 7 de Setembro de 2005.

## 31. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS”

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 1 de Janeiro de 2004 pode ser detalhada como segue:

	1-01-04			31-12-04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1,230,027,490	(62,106,228)	1,167,921,262	1,246,965,252	(52,815,281)	1,194,149,971
Diferenças de consolidação		252,692,088	252,692,088		265,293,994	265,293,994
Investimentos	35,452,413	6,897,823	42,350,236	41,221,322	7,883,670	49,104,992
Impostos diferidos activos		61,697,269	61,697,269		59,731,623	59,731,623
Outros activos não correntes	48,826,105	219,536	49,045,641	44,528,377	(1)	44,528,376
<b>Total de activos não correntes</b>	<b>1,314,306,008</b>	<b>259,400,488</b>	<b>1,573,706,496</b>	<b>1,332,714,951</b>	<b>280,094,005</b>	<b>1,612,808,956</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>						
Existências	385,923,777		385,923,777	387,517,766		387,517,766
Outros activos correntes	163,620,370	(53,082,518)	110,537,852	242,652,563	(59,308,147)	183,344,416
Investimentos	136,079,991	109,969,542	246,049,533		87,325,645	87,325,645
Caixa e equivalentes de caixa	182,262,567	7,058	182,269,625	260,007,397	89,327	260,096,724
<b>Total de activos correntes</b>	<b>667,886,705</b>	<b>56,894,082</b>	<b>724,783,802</b>	<b>689,177,726</b>	<b>28,106,825</b>	<b>712,884,551</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>2,182,192,713</b>	<b>316,294,570</b>	<b>2,498,487,283</b>	<b>2,222,892,677</b>	<b>308,200,830</b>	<b>2,531,093,507</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>						
Capital social	1,100,000,000		1,100,000,000	1,100,000,000		1,100,000,000
Reservas e Resultados Transitados	(768,814,739)	190,131,087	(578,683,652)	(776,614,877)	199,617,937	(576,996,940)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe			-	114,415,880	4,672,619	119,088,499
<b>Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe</b>	<b>331,185,261</b>	<b>190,131,087</b>	<b>521,316,348</b>	<b>437,801,003</b>	<b>204,290,556</b>	<b>642,091,559</b>
Interesses Minoritários	30,592,482	(19,377,758)	11,214,724	18,860,054	(11,529,046)	7,331,008
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>361,777,743</b>	<b>170,753,329</b>	<b>532,531,072</b>	<b>456,661,057</b>	<b>192,761,510</b>	<b>649,422,567</b>
<b>PASSIVO:</b>						
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</b>						
Empréstimos	591,051,863	17,973,125	609,024,988	609,175,306	(1,648,131)	607,527,175
Outros passivos não correntes	52,220,078	2,394,232	54,614,310	55,634,373	(11,295,885)	44,338,488
Impostos diferidos passivos		44,004,607	44,004,607		43,623,446	43,623,446
Provisões	5,838,834	3,498,779	9,337,613	17,237,462	14,131	17,251,593
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>649,110,775</b>	<b>67,870,743</b>	<b>716,981,518</b>	<b>682,047,141</b>	<b>30,693,561</b>	<b>712,740,702</b>
<b>PASSIVOS CORRENTES:</b>						
Empréstimos	327,807,132	(37,071)	327,770,061	157,278,460	94,324,758	251,603,218
Outros passivos correntes	842,560,421	77,921,310	920,481,731	926,440,178	(9,755,353)	916,684,825
Provisões	936,642	(213,741)	722,901	465,841	177,354	643,195
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>1,171,304,195</b>	<b>77,670,498</b>	<b>1,248,974,693</b>	<b>1,084,184,479</b>	<b>84,746,759</b>	<b>1,168,931,238</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>2,182,192,713</b>	<b>316,294,570</b>	<b>2,498,487,283</b>	<b>2,222,892,677</b>	<b>308,201,830</b>	<b>2,531,094,507</b>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS	
	01.01.04	31.12.04
Ajustamentos às demonstrações financeiras POC		
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas líquidas de perdas por imparidade	252.692.088	265.293.994
Ajustamentos de conversão para IFRS		
Divida líquida incluindo valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	12.531.386	9.504.431
Impostos diferidos na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	6.383.037	76.412
Abate de imobilizações	(55.208.401)	(44.931.610)
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	7.223.463	13.345.825
Consolidação de empresas anteriormente excluídas	2.092	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	(5.941.519)	(11.608.031)
Outros passivos correntes	(41.499.267)	(38.479.738)
Outros	(5.429.550)	(439.773)
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	(81.938.759)	(72.532.484)
Total dos ajustamentos	<u>170.753.329</u>	<u>192.761.510</u>

Os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com o tratamento das seguintes rubricas:

#### Diferenças de consolidação

Em IFRS, o normativo obriga a reconhecer o montante de goodwill decorrente das operações de aquisição e associação efectuadas pela empresa, expresso em moeda local no activo. Este montante é posteriormente traduzido para a moeda de referência do balanço, de acordo com a taxa de câmbio que vigora à data do balanço sendo as diferenças cambiais resultantes registadas em capitais próprios. Este procedimento difere da prática que a Modelo Continente vinha a adoptar e que, numa opção conservadora e conhecida do mercado, anulou, a partir de 2001, o goodwill apurado à data por contrapartida de reservas, a qual por si só já diferia da abordagem preconizada pelo POC.

As diferenças de consolidação originadas nas aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal reexpressos na moeda da subsidiária retrospectivamente. As diferenças geradas neste processo de conversão foram registados directamente em Resultados Transitados de acordo com o exposto no IFRS 1.

Com a adopção das IFRS, a Empresa passa a registar 265.293.994 euros no seu activo. Deste montante, aproximadamente 216 milhões de Euros dizem respeito às operações efectuadas no mercado brasileiro, estando o valor remanescente atribuído às operações realizadas em Portugal.

Estes montantes serão alvo de testes de imparidade regulares, pelo que, não serão sujeitos a qualquer tipo de amortização periódica

#### Imobilizações

As imobilizações adquiridas até 1 de Janeiro de 2004, encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

O montante do ajustamento no imobilizado corpóreo e incorpóreo no balanço em 31 de Dezembro de 2004 ascendeu a 44.931.610 euros

#### Impostos diferidos

O ajustamento relativo a impostos diferidos respeita ao impacto das situações de diferimento de impostos, sempre que haja lugar a diferenças temporais entre os princípios contabilísticos e as regras fiscais. No ano de 2004, este ajustamento ascende a 13.422.237 euros, maioritariamente resultante da anulação de imobilizações no balanço da empresa, tal como mencionado na nota anterior.

Adicionalmente o montante de impostos diferidos anteriormente registados em POC na rubrica acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas Outros activos correntes e Outros passivos correntes foi reclassificada para as rubricas Impostos diferidos activos e passivos como activos e passivos não correntes

#### Fornecedores e outros passivos correntes

Com a adopção das IFRS, a Modelo Continente passou a registar a opção de venda concedida a terceiros sobre acções das suas participadas no Brasil. Este procedimento previsto no novo normativo traduzia-se numa diferença para as contas consolidadas apresentadas em POC de 38.479.738 euros em 31 de Dezembro de 2004 (41.499.267 euros em 1 de Janeiro de 2004), sendo este o valor estimado para concretizar a prazo a detenção integral do capital da operação brasileira pela Modelo Continente (tal como detalhado nas notas explicativas ao relatório de gestão anual de 2004, elaborado e apresentado ainda em POC).

#### Acréscimos e diferimentos e dívida financeira líquida (incluindo o valor de mercado de derivados)

O ajustamento na rubrica de acréscimos e diferimentos totaliza cerca de 11.608.031 euros e é maioritariamente explicado pela imputação das dotações de juros resultante da contabilização dos derivados ao justo valor e reconhecimento dos custos de montagem de empréstimos que passam a ser deduzidos ao capital em dívida inicialmente registado.

Por seu lado, a dívida financeira líquida sofre uma diminuição de 9.504.431 euros que basicamente se justifica pelas razões apontadas em acréscimos e diferimentos nomeadamente o reconhecimento dos custos de montagem dos empréstimos contraídos e avaliação ao justo valor dos derivados - instrumentos de cobertura - embutidos nesses empréstimos.

Adicionalmente, o efeito no Balanço em 30 de Junho de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

	30-06-04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.230.039.387	(56.961.217)	1.173.078.170
Diferenças de consolidação		255.477.729	255.477.729
Investimentos	34.655.223	7.786.444	42.441.667
Impostos diferidos activos		61.358.821	61.358.821
Outros activos não correntes	47.662.126		47.662.126
Total de activos não correntes	<u>1.312.356.736</u>	<u>267.661.777</u>	<u>1.580.018.513</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Existências	372.323.399		372.323.399
Outros activos correntes	197.923.287	(57.725.111)	140.198.176
Investimentos	33.559.868	63.846.603	97.406.471
Caixa e equivalentes de caixa	26.387.752	6.190.000	32.577.752
Total de activos correntes	<u>630.194.306</u>	<u>12.311.492</u>	<u>642.505.798</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<u>1.942.551.042</u>	<u>279.973.269</u>	<u>2.222.524.311</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	1.100.000.000		1.100.000.000
Reservas e Resultados Transitados	(784.971.722)	189.369.918	(595.601.804)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe	31.789.937	(483.812)	31.306.125
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe	<u>346.818.215</u>	<u>188.886.106</u>	<u>535.704.321</u>
Interesses Minoritários	17.355.898	(11.373.628)	5.982.270
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<u>364.174.113</u>	<u>177.512.478</u>	<u>541.686.591</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Empréstimos	710.629.362	(37.778.430)	672.850.932
Outros passivos não correntes	59.763.418		59.763.418
Impostos diferidos passivos		44.688.139	44.688.139
Provisões	7.390.509	610.669	8.001.178
Total de passivos não correntes	<u>777.783.289</u>	<u>7.520.378</u>	<u>785.303.667</u>
<b>PASSIVOS CORRENTES:</b>			
Empréstimos	146.885.584	99.038.585	245.924.169
Outros passivos correntes	652.871.426	(3.944.589)	648.926.837
Provisões	836.630	(153.583)	683.047
Total de passivos correntes	<u>800.593.640</u>	<u>94.940.413</u>	<u>895.534.053</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<u>1.942.551.042</u>	<u>279.973.269</u>	<u>2.222.524.311</u>

Em 30 de Junho de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS pode ser detalhado como segue:

	Ajustamentos de conversão para IFRS 30.06.04
Ajustamentos às demonstrações financeiras POC	
Reposição no activo do valor líquido das diferenças de consolidação anuladas por reservas líquidas de perdas por imparidade	255.477.731
Ajustamentos de conversão para IFRS	
Divida líquida incluindo valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	8.776.449
Impostos diferidos na valorização pelo justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	18.821
Abate de imobilizações	(49.174.772)
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	13.881.132
Anulação de acréscimos e diferimentos	(16.486.722)
Outros passivos correntes	(39.877.600)
Outros	4.897.439
Total dos ajustamentos de conversão para IFRS	(77.965.253)
Total dos ajustamentos	177.512.478

Os impactos ao nível do balanço em 30 de Junho de 2004 revestem-se de naturezas similares às verificadas sobre o balanço em 31 de Dezembro e 1 de Janeiro de 2004, anteriormente descritos.

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período findo em 30 de Junho de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.12.04			30.06.04		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
Proveitos operacionais:						
Vendas	3.577.610.129	(6.865)	3.577.603.264	1.598.173.516	(388.590)	1.597.784.926
Prestações de serviços	22.565.663		22.565.663	11.820.928	(308.849)	11.512.079
Outros proveitos operacionais	218.652.446	50.539.094	269.191.540	95.813.616	31.156.191	126.969.807
Total de proveitos operacionais	3.818.828.238	50.532.229	3.869.360.467	1.705.808.060	30.458.752	1.736.266.812
Custos operacionais			-			-
Custo das vendas	(2.800.220.829)	(1.101.156)	(2.801.321.985)	(1.247.205.652)	(696.888)	(1.247.902.540)
Fornecimentos e serviços externos	(364.143.699)	(5.808.488)	(369.952.187)	(170.873.950)	(2.550.205)	(173.424.155)
Custos com o pessoal	(354.863.711)	308.250	(354.555.461)	(176.975.919)	(32.438)	(177.008.357)
Amortizações e depreciações	(96.134.174)	11.092.204	(85.041.970)	(47.113.884)	5.798.477	(41.315.407)
Provisões e perdas por imparidade	(8.601.039)	6.698.080	(1.902.959)	(4.706.143)	2.687.601	(2.018.542)
Outros custos operacionais	(15.920.812)	(48.605.127)	(64.525.939)	(9.515.084)	(16.355.156)	(25.870.240)
Total de custos operacionais	(3.639.884.264)	(37.416.237)	(3.677.300.501)	(1.656.390.632)	(11.148.609)	(1.667.539.241)
Resultados operacionais	178.943.974	13.115.992	192.059.966	49.417.428	19.310.143	68.727.571
Resultados financeiros	(51.334.951)	(2.929.880)	(54.264.831)	(24.059.967)	(6.801.025)	(30.860.992)
Resultados relativos a empresas associadas	(1.469.126)	909.477	(559.649)	(591.378)	253.044	(338.334)
Resultados relativos a investimentos	6.617.001	(6.511.860)	105.141	14.429.689	(14.429.548)	141
Resultado antes de impostos	132.756.898	4.583.729	137.340.627	39.195.772	(1.667.386)	37.528.386
Imposto sobre o rendimento	(16.747.685)	456.326	(16.291.359)	(6.872.218)	1.262.347	(5.609.871)
Resultado depois de impostos	116.009.213	5.040.055	121.049.268	32.323.554	(405.039)	31.918.515
Resultado consolidado do trimestre	-	-	-	32.323.554	(405.039)	31.918.515
Atribuível a:						

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, do segundo trimestre de 2004 e primeiro semestre de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	31.12.04	30.06.04	2º Trim. 2004
Anulação dos movimentos líquidos de amortizações	5.384.359	4.825.052	4.368.039
Registo de impostos diferidos associados à conversão para IFRS	982.128	-	
Anulação de custos diferidos	909.028	(2.046.701)	(2.082.477)
Aplicação do método de equivalência patrimonial a empresas associadas	909.477	253.044	233.676
Derivados e títulos negociáveis	(2.693.834)	(4.105.002)	496.409
Outros	(451.103)	668.568	745.276
Total de ajustamentos de conversão para IFRS	<u>5.040.055</u>	<u>(405.039)</u>	<u>3.760.923</u>

No Resultado líquido, os principais impactos da mudança para IFRS prendem-se com o tratamento das seguintes rubricas:

#### Amortizações e depreciações

Tal como o referido anteriormente na nota explicativa referente às variações das imobilizações, as grandes reparações de imobilizado são registadas directamente como custo do exercício, originando uma diminuição, em 2004, do valor das depreciações em 11.092.204 Euros.

#### Resultados financeiros

Diminuição de 2.929.880 euros nos resultados financeiros, resultante essencialmente de rendimentos de títulos de participação (4.724.424 euros). Em IFRS, estes títulos são valorizados pelo justo valor, pelo que no balanço de abertura já incluem parte do rendimento, que em POC só foi reconhecido no 1º trimestre de 2004 aquando da venda dos mesmos.

Além destes ajustamentos, importa referir as seguintes alterações, que apesar de não gerarem impacto ao nível da demonstração dos resultados, deverão ser consideradas pelas reclassificações que originam na estrutura da demonstração dos resultados:

#### Resultados extraordinários

Segundo o POC, as transacções fora do âmbito da actividade social ou afectando exercícios anteriores, são classificadas como "Resultados extraordinários", não contribuindo para o indicador de cash-flow operacional (EBITDA). Em IFRS, não existe esta categoria, pelo que esses movimentos foram reclassificados para rubricas de carácter operacional segundo a sua natureza específica.

#### Provisões para depreciação de existências

Em POC as diminuições de valor das existências são apresentadas na rubrica "Provisões" enquanto em IFRS são registadas em "Custo das vendas", o que explica a diminuição das provisões. Tal como é detalhado nas notas às demonstrações financeiras consolidadas de 2004, em POC, o valor de "Provisões" é, na sua maioria, justificado por provisões para depreciação de existências, explicando assim a redução que a rubrica "Provisões e perdas por imparidade" tem em IFRS por comparação com o POC.

Ao nível da demonstração de fluxos de caixa os impactos mais significativos referem-se a reclassificações entre despesas com actividades de investimento relacionadas com activos incorpóreos, as quais não qualificam como tal ao nível dos IFRS pelo que foram reclassificadas para despesas operacionais.

Matosinhos, 7 de Setembro de 2005

**MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**INDIVIDUAIS**

**1º SEMESTRE 2005**

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS 30-06-05	IFRS 31-12-04	POC 31-12-04
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		852.896	990.539	716.735
Investimentos	4	1.339.443.230	1.339.448.230	2.195.471.837
Impostos diferidos activos	5	447.720	516.471	-
Outros activos não correntes	6	974.813.783	855.553.195	-
Total de activos não correntes:		<u>2.315.557.629</u>	<u>2.196.508.435</u>	<u>2.196.188.572</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>				
Outros activos correntes	7	813.303.910	834.374.016	841.958.784
Investimentos	8	6.606.597	8.823.291	-
Caixa e equivalentes de caixa:	9	36.133	45.271.844	45.271.844
Total de activos correntes:		<u>819.946.640</u>	<u>888.469.151</u>	<u>887.230.628</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<u><u>3.135.504.269</u></u>	<u><u>3.084.977.586</u></u>	<u><u>3.083.419.200</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>				
Capital social	10	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Reservas e Resultados transitados:		1.278.422.253	1.198.418.311	1.192.290.776
Resultado líquido do período:		31.287.157	80.003.942	83.437.126
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	18	<u>2.409.709.410</u>	<u>2.378.422.253</u>	<u>2.375.727.902</u>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Empréstimos	11	181.075.153	180.758.653	184.800.000
Impostos diferidos passivos:	5	1.553.648	1.712.480	-
Total de passivos não correntes:		<u>182.628.801</u>	<u>182.471.133</u>	<u>184.800.000</u>
<b>PASSIVOS CORRENTES:</b>				
Empréstimos	11	29.313.859	1.218.842	1.230.489
Outros passivos correntes	12	513.852.199	522.865.358	521.660.809
Total de passivos correntes:		<u>543.166.058</u>	<u>524.084.200</u>	<u>522.891.298</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u><u>725.794.859</u></u>	<u><u>706.555.333</u></u>	<u><u>707.691.298</u></u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<u><u>3.135.504.269</u></u>	<u><u>3.084.977.586</u></u>	<u><u>3.083.419.200</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em euros)					
IFRS					
		30-06-05		30-06-04	
Notas	2º Trimestre 05	Acumulado <sup>1</sup>	2º Trimestre 04	Acumulado <sup>1</sup>	POC 30-06-04 Acumulado
Proveitos operacionais:					
	4.090.810	8.199.561	3.824.248	7.593.739	7.593.739
	1.249.334	3.087.168	49.924	49.924	
	<u>5.340.144</u>	<u>11.286.729</u>	<u>3.874.172</u>	<u>7.643.663</u>	<u>7.593.739</u>
Custos operacionais:					
	(283.337)	(581.424)	(580.453)	(1.213.528)	(1.213.528)
	(888.415)	(1.623.721)	(1.534.511)	(2.166.262)	(2.166.261)
	(70.501)	(140.949)	(70.446)	(140.865)	(386.110)
	(926.374)	(3.137.631)	750.565	(1.390.222)	(1.283.000)
	<u>(2.168.627)</u>	<u>(5.483.725)</u>	<u>(1.434.845)</u>	<u>(4.910.877)</u>	<u>(5.048.899)</u>
	3.171.517	5.803.004	2.439.327	2.732.786	2.544.840
Resultados financeiros					
	8.336.109	15.538.354	3.861.547	11.964.451	17.154.498
14	3.227.070	16.020.665	-	20.665.733	20.665.733
Resultados extraordinários					
					(590.943)
	14.734.696	37.362.023	6.300.874	35.362.970	39.774.128
Imposto sobre o rendimento					
	(3.365.011)	(6.074.866)	1.080.699	(1.242.061)	(1.932.166)
Resultado do semestre					
15	<u>11.369.685</u>	<u>31.287.157</u>	<u>7.381.573</u>	<u>34.120.909</u>	<u>37.841.962</u>
Resultados Básicos e Diluídos					
	<u>0,01</u>	<u>0,03</u>	<u>0,01</u>	<u>0,03</u>	<u>0,03</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

1) Preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e sujeitas a revisão limitada por auditores externos cumprindo os deveres de prestação de contas semestrais requeridos pela CMVM.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Social	Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 (a)	18	1.100.000.000	1.198.778.757	-	2.298.778.757
Aplicação do resultado de 2003:					
Transferência para Reserva legal e Resultados transitados		-			-
Variação nas reservas					
Reservas de justo valor		-	(534.263)		(534.263)
Resultado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2004		-	-	34.120.909	34.120.909
Saldo em 30 de Junho de 2004	18	1.100.000.000	1.198.244.494	34.120.909	2.332.365.403
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	18	1.100.000.000	1.198.418.311	80.003.942	2.378.422.253
Aplicação do resultado de 2004:					
Transferência para Reserva legal e Resultados transitados		-	80.003.942	(80.003.942)	-
Resultado líquido do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005				31.287.157	31.287.157
Saldo em 30 de Junho de 2005		1.100.000.000	1.278.422.253	31.287.157	2.409.709.410

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

- (a) Dado que 1 de Janeiro de 2004 é a data de transição, o resultado líquido do exercício de 2003 está incluído na coluna de "Reservas e Resultados Transitados".

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E DE 2004

(Montantes expressos em euros)

	Notas	30-06-05	30-06-04
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Fluxos das actividades operacionais (1)		25.798.673	26.778.409
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		10.200	4.903.580
Juros e proveitos similares		22.293.669	27.498.521
Dividendos		16.015.465	20.665.733
Empréstimos concedidos		792.299.525	842.379.561
Outros			
		<u>830.618.859</u>	<u>895.447.395</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(27.862.923)
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		(5.346)	(1.602)
Empréstimos concedidos		(909.960.114)	(1.226.934.288)
Outros			
		<u>(909.965.460)</u>	<u>(1.254.798.813)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(79.346.601)</u>	<u>(359.351.418)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		460.521.300	484.039.500
		<u>460.521.300</u>	<u>484.039.500</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(449.151.300)	(413.171.224)
Juros e custos similares		(4.141.079)	(7.522.510)
Dividendos		(74)	(67)
		<u>(453.292.453)</u>	<u>(420.693.801)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>7.228.847</u>	<u>63.345.699</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(46.319.081)	(269.227.310)
Caixa e seus equivalentes no início do período		45.241.354	253.352.588
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	<u>(1.077.726)</u>	<u>(15.874.722)</u>

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Modelo Continente”) é uma sociedade anónima, com acções cotadas na Euronext Lisboa, que tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal

A Empresa, tem como actividade principal a gestão de participações sociais (nota 4).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), em vigor em 1 de Janeiro de 2005 conforme adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) ocorre pela primeira vez em 2005, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo é 1 de Janeiro de 2004, tal como estabelecido pela IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”.

Nos termos dessa norma os efeitos reportados à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram registados em Capitais Próprios e estão descritos na Nota 18 na qual se explicitam igualmente os ajustamentos efectuados nas últimas demonstrações financeiras anuais apresentadas (31 de Dezembro de 2004).

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.5).

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

### 2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, desde a data em que os activos estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

### 2.4. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### 2.5. Instrumentos financeiros

#### a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível

estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.7. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o período.

e) Fornecedores

As dívidas a fornecedores são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do período, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço.

2.6. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.7. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

## 2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 2.9. Impostos

A Modelo Continente encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

## 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o período alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

#### 4. INVESTIMENTOS

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

Empresa	30.Junho.2005		31.Dezembro.2004	
	% de detenção	Valor de Aquisição	% de detenção	Valor de Aquisição
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	100,00%	272.000	100,00%	272.000
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A.	8,07%	5.924.043	8,07%	5.924.043
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	24.940	100,00%	24.940
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	220.000	100,00%	220.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	0,00%		10,00%	5.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	189.940	100,00%	189.940
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	109.736	100,00%	109.736
Infofield - Informática, S.A.	10,00%	420.459	10,00%	420.459
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A.	100,00%	1.000.000.000	100,00%	1.000.000.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	46,20%	2.304.446	46,20%	2.304.446
Modelo Investimentos Brasil, S.A.	10,97%	72.034.667	10,97%	72.034.667
Modelo, SGPS, S.A.	0,15%	562.444	0,15%	562.444
Modelo-Com - Vendas por Correspondência, S.A.	100,00%	6.387.016	100,00%	6.387.016
Modis, SGPS, Lda.	60,00%	1.197	60,00%	1.197
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	100,00%	1.953.945	100,00%	1.953.945
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	10,00%	187.548	10,00%	187.548
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	25,00%	249.399	25,00%	249.399
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	100,00%	36.677.088	100,00%	36.677.088
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	10.000.000	100,00%	10.000.000
Soflorin, B.V.	100,00%	57.309.037	100,00%	57.309.037
Sonae, SGPS, S.A.	0,003%	53.500	0,003%	53.500
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	34,32%	129.510.898	34,32%	129.510.898
Sonae Retalho Espanha, S.A.	100,00%	2.549.832	100,00%	2.549.832
Sondis, B.V.	100,00%	6.752.491	100,00%	6.752.491
Sonvecap, B.V.	100,00%	3.000.000	100,00%	3.000.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	10,00%	706.326	10,00%	706.326
SRE - Projectos de Consultadoria, S.A.	100,00%	1.259.784	100,00%	1.259.784
Todos os Dias-Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	100,00%	680.000	100,00%	680.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	10,00%	2.494	10,00%	2.494
		<u>1.339.443.230</u>		<u>1.339.448.230</u>

#### 5. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	30.06.05		31.12.04	
	Impostos diferidos activos	Impostos diferidos passivos	Impostos diferidos activos	Impostos diferidos passivos
Instrumentos Financeiros	342.665	1.345.832	331.251	1.451.964
Anulação de Imobilizações incorpóreas	105.055		185.220	
Homogeneização de Amortizações		207.816		260.516
	<u>447.720</u>	<u>1.553.648</u>	<u>516.471</u>	<u>1.712.480</u>

## 6. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

	30.Junho.2005	31.Dezembro.2004
Empréstimos concedidos a empresas do grupo	974.813.783	855.553.195

## 7. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004, o detalhe dos outros activos correntes era o seguinte:

	30.Junho.2005	31.Dezembro.2004
Clientes	721.427	431.749
Empresas participadas e participantes	772.436.014	824.565.887
Outros devedores	3.224.645	3.555.248
Estado e outros entes públicos	3.935.937	4.555.517
Custos diferidos	389.024	616.990
Acréscimo de proveitos	32.596.863	648.625
	813.303.910	834.374.016

A rubrica do activo “Empresas participadas e participantes” integra: (i) o montante de 448.183.235 Euros relativo a parte do valor a receber em consequência de alienações de participações financeiras efectuadas no exercício de 2002;(ii) o montante de 6.223.293 Euros relativo a juros debitados a empresas do grupo e ainda não liquidados; (iii) bem como o montante de 313.795.000 Euros referente empréstimos de curto prazo a Empresas do Grupo; (iv) o montante de 4.234.498 relativo ao imposto do exercício apurado pelas empresas do grupo tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades

A rubrica de Outros devedores apresenta o montante de, aproximadamente, 2.650.000 Euros relativos a impostos que se encontram reclamados junto das autoridades fiscais, sendo entendimento do Conselho de Administração da Modelo Continente que o resultado da reclamação efectuada lhe será favorável.

A 30 de Junho de 2005, em acréscimos de proveitos estão incluídos 24.511.837 Euros referentes a juros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo e 7.464.852 Euros referente à especialização de royalties de marca.

## 8. INVESTIMENTOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005, esta rubrica corresponde a instrumentos derivados contratados com o objectivo de efectuar cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos por empresas detidas integralmente pela Modelo Continente, SGPS, S.A..

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	30.Junho.2005	31.Dezembro.2004
Numerário	-810	
Depósitos bancários	36.943	
Aplicações de tesouraria		45.271.844
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>36.133</u>	<u>45.271.844</u>
Descobertos bancários	-1.113.859	-30.490
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>-1.077.726</u>	<u>45.241.354</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

10. CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2005, em 30 de Junho de 2004 e em 31 de Dezembro de 2004, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 ações ordinárias, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

11. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2005 e em 31 de Dezembro de 2004 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:<sup>1</sup>

	30.Junho.2005				31.Dezembro.2004			
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	29.313.859	2.800.000	29.313.859	2.800.000	1.218.842	2.800.000	1.230.489	2.800.000
Empréstimos obrigacionistas		178.275.153		182.000.000		177.958.653		182.000.000
	<u>29.313.859</u>	<u>181.075.153</u>	<u>29.313.859</u>	<u>184.800.000</u>	<u>1.218.842</u>	<u>180.758.653</u>	<u>1.230.489</u>	<u>184.800.000</u>

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000

**Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2003**

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.

**Prazo Máximo do Empréstimo:** Será de 8 (oito) anos.

**Taxa de Juro anual:** A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,75% a.a.

**Pagamento de Juros:** Semestral e postecipado com pagamento em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

**Reembolso:** Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

**Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE / 2004**

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

**Prazo Máximo do Empréstimo:** Será de 5 (cinco) anos.

**Taxa de Juro anual:** A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 1,15% a.a.

**Pagamento de Juros:** Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

**Reembolso:** Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimos Bancários

Inclui:

a) Empréstimo bancário obtido junto de uma instituição financeira, no valor de 4.000.000 euros com vencimentos sucessivos em 2006 e 2007 e com pagamento de juros semestrais calculados com base em taxas de mercado. Actualmente encontram-se classificados como não correntes 2.800.000 euros e 1.200.000 euros em corrente;

b) O montante de 27.000.000 euros correspondente a um programa de Papel Comercial.

c) O montante de 1.113.859 euros referente a descobertos bancários ( Nota 9).

12. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	30.Junho.2005	31.Dezembro.2004
Fornecedores	76.226	18.825
Empresas participadas e participantes	502.494.725	511.360.508
Outros credores	19.207	12.822
Estado e outros entes públicos	254.294	5.847.240
Custos a pagar	9.659.281	4.421.414
Derivados	1.348.466	1.204.549
	<u>513.852.199</u>	<u>522.865.358</u>

A rubrica de Custos a pagar contém o valor de 7.742.484 Euros referente a juros a pagar por empréstimos obtidos.

13. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	30.Junho.2005	31.Dezembro.2004
Garantias Prestadas:		
por processos fiscais em curso	<u>17.556.249</u>	<u>17.556.249</u>
	17.556.249	17.556.249

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

#### 14. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 30 de Junho de 2005 e em 30 de Junho de 2004 e nos segundos trimestres findos nessas datas o detalhe dos resultados relativos a investimentos era o seguinte:

	2005		2004	
	2º Trimestre	Acumulado	2º Trimestre	Acumulado
Dividendos	3.221.870	16.015.465		20.665.733
Ganhos na alienação de investimentos	5.200	5.200		
	3.227.070	16.020.665		20.665.733

#### 15. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	30.Junho.2005	30.Junho.2004
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	31.287.157	34.120.909
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	31.287.157	34.120.909
<b>Número de acções</b>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.100.000.000	1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	1.100.000.000	1.100.000.000
<b>Resultado por acção (básico e diluído)</b>	0,03	0,03

#### 16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 30 de Junho de 2005, ocorreram os seguintes factos relevantes, que não afectaram as demonstrações financeiras pois os correspondentes efeitos só se verificaram após essa data:

Emissão de dois empréstimos obrigacionistas, um em 2 de Agosto de 2005 no valor de 150.000.000 euros, com vencimento a sete anos, sem garantias, e outro em 3 de Agosto de 2005 no valor de 265.000.000 euros, com vencimento a cinco anos, sem garantias.

#### 17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 7 de Setembro de 2005.

## 18. PRIMEIRA APLICAÇÃO DOS “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS”

A Empresa adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) em 2005, aplicando para o efeito o “IFRS 1 – First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards”, sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O efeito, nos Balanços em 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004, da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 1 de Janeiro de 2005 pode ser detalhada como segue:

	1.Janeiro.2004			31.Dezembro.2004		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>						
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	1.343.204	(72.510)	1.270.694	716.735	273.804	990.539
Investimentos	1.741.963.574	(528.930.225)	1.213.033.349	2.195.471.837	(856.023.607)	1.339.448.230
Impostos diferidos activos	-	750.812	750.812	-	516.471	516.471
Outros activos não correntes	-	528.439.312	528.439.312	-	855.553.195	855.553.195
Total de activos não correntes	<u>1.743.306.778</u>	<u>187.389</u>	<u>1.743.494.167</u>	<u>2.196.188.572</u>	<u>319.863</u>	<u>2.196.508.435</u>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>						
Outros activos correntes	933.373.674	(2.787.649)	930.586.025	841.958.784	(7.584.768)	834.374.016
Investimentos	-	149.313.226	149.313.226	-	8.823.291	8.823.291
Caixa e equivalentes de caixa	248.687.423	(136.079.991)	112.607.432	45.271.844	-	45.271.844
Total de activos correntes	<u>1.182.061.097</u>	<u>10.445.586</u>	<u>1.192.506.683</u>	<u>887.230.628</u>	<u>1.238.523</u>	<u>888.469.151</u>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<u><b>2.925.367.875</b></u>	<u><b>10.632.975</b></u>	<u><b>2.936.000.850</b></u>	<u><b>3.083.419.200</b></u>	<u><b>1.558.386</b></u>	<u><b>3.084.977.586</b></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>						
Capital social	1.100.000.000	-	1.100.000.000	1.100.000.000	-	1.100.000.000
Reservas e Resultados transitados	1.192.290.776	6.487.981	1.198.778.757	1.192.290.776	6.127.535	1.198.418.311
Resultado líquido do período	-	-	-	83.437.126	(3.433.184)	80.003.942
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<u><b>2.292.290.776</b></u>	<u><b>6.487.981</b></u>	<u><b>2.298.778.757</b></u>	<u><b>2.375.727.902</b></u>	<u><b>2.694.351</b></u>	<u><b>2.378.422.253</b></u>
<b>PASSIVO:</b>						
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</b>						
Empréstimos	86.000.000	-	86.000.000	184.800.000	(4.041.347)	180.758.653
Impostos diferidos passivos	-	2.872.537	2.872.537	-	1.712.480	1.712.480
Provisões	-	-	-	-	-	-
Total de passivos não correntes	<u>86.000.000</u>	<u>2.872.537</u>	<u>88.872.537</u>	<u>184.800.000</u>	<u>(2.328.867)</u>	<u>182.471.133</u>
<b>PASSIVOS CORRENTES:</b>						
Empréstimos	15.848.679	(11.648)	15.837.031	1.230.489	(11.647)	1.218.842
Outros passivos correntes	531.228.420	1.284.105	532.512.525	521.660.809	1.204.549	522.865.358
Total de passivos correntes	<u>547.077.099</u>	<u>1.272.457</u>	<u>548.349.556</u>	<u>522.891.298</u>	<u>1.192.902</u>	<u>524.084.200</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<u><b>633.077.099</b></u>	<u><b>4.144.994</b></u>	<u><b>637.222.093</b></u>	<u><b>707.691.298</b></u>	<u><b>(1.135.965)</b></u>	<u><b>706.555.333</b></u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<u><b>2.925.367.875</b></u>	<u><b>10.632.975</b></u>	<u><b>2.936.000.850</b></u>	<u><b>3.083.419.200</b></u>	<u><b>1.558.386</b></u>	<u><b>3.084.977.586</b></u>

O detalhe dos ajustamentos efectuados com efeitos em capital próprio reportados a 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2004 para efeito de conversão para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	1.Janeiro.2004	31.Dezembro.2004
Imobilizado corporeo e incorporeo	-52.570	201.710
Instrumentos Financeiros	6.286.161	2.619.197
Outros Impostos Diferidos	254.390	(126.556)
	<u>6.487.981</u>	<u>2.694.351</u>

Adicionalmente, o efeito no Balanço em 30 de Junho de 2004 da conversão para IFRS é detalhado como segue:

	30.Junho.2004		
	POC	Ajustamentos de conversão para IFRS	IFRS
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	958.696	172.737	1.131.433
Investimentos	2.045.362.499	(733.450.784)	1.311.911.715
Impostos diferidos activos	-	708.788	708.788
Outros activos não correntes		732.971.871	732.971.871
<b>Total de activos não correntes</b>	<b>2.046.321.195</b>	<b>402.612</b>	<b>2.046.723.807</b>
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Outros activos correntes	981.077.217	(6.129.558)	974.947.659
Investimentos	-	33.087.797	33.087.797
Caixa e equivalentes de caixa	27.404.078	(27.369.866)	34.212
<b>Total de activos correntes</b>	<b>1.008.481.295</b>	<b>(411.627)</b>	<b>1.008.069.668</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>3.054.802.490</b>	<b>(9.015)</b>	<b>3.054.793.475</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	1.100.000.000	-	1.100.000.000
Reservas e Resultados transitados	1.192.290.776	5.953.718	1.198.244.494
Resultado líquido do período	37.841.962	(3.721.053)	34.120.909
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>2.330.132.738</b>	<b>2.232.665</b>	<b>2.332.365.403</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Empréstimos	186.000.000	(4.357.846)	181.642.154
Impostos diferidos passivos	-	1.292.413	1.292.413
<b>Total de passivos não correntes</b>	<b>186.000.000</b>	<b>(3.065.433)</b>	<b>182.934.567</b>
<b>PASSIVOS CORRENTES:</b>			
Empréstimos	16.061.357	(164.071)	15.897.286
Outros passivos correntes	522.608.395	987.824	523.596.219
<b>Total de passivos correntes</b>	<b>538.669.752</b>	<b>823.753</b>	<b>539.493.505</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>724.669.752</b>	<b>(2.241.680)</b>	<b>722.428.072</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>3.054.802.490</b>	<b>(9.015)</b>	<b>3.054.793.475</b>

Em 30 de Junho de 2004, o impacto no capital próprio da conversão para IFRS pode ser detalhado como segue:

	30.Junho.2004
Imobilizado corporeo e incorporeo	66.843
Instrumentos Financeiros	1.911.431
Outros Impostos Diferidos	254.391
	<b>2.232.665</b>

O efeito nas demonstrações de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do período findo em 30 de Junho de 2004 pode ser detalhado como segue:

	31.Dezembro.2004			30.Junho.2004		
	Ajustamentos de conversão para			Ajustamentos de conversão para		
	POC	IFRS	IFRS	POC	IFRS	IFRS
<b>Proveitos operacionais:</b>						
Vendas	-	-	-	-	-	-
Prestações de serviços	20.603.424	-	20.603.424	7.593.739	-	7.593.739
Outros proveitos operacionais	5.792.866	74.694	5.867.560	-	49.924	49.924
Total de proveitos operacionais	26.396.290	74.694	26.470.984	7.593.739	49.924	7.643.663
<b>Custos operacionais:</b>						
Fornecimentos e serviços externos	(1.162.425)	-	(1.162.425)	(1.213.528)	-	(1.213.528)
Custos com o pessoal	(3.381.226)	(1)	(3.381.227)	(2.166.261)	(1)	(2.166.262)
Amortizações e depreciações	(628.070)	346.313	(281.757)	(386.110)	245.245	(140.865)
Outros custos operacionais	(914.776)	(244.365)	(1.159.141)	(1.283.000)	(107.222)	(1.390.222)
Total de custos operacionais	(6.086.497)	101.947	(5.984.550)	(5.048.899)	138.022	(4.910.877)
Resultados operacionais	20.309.793	176.641	20.486.434	2.544.840	187.946	2.732.786
Resultados financeiros	32.888.051	(4.841.866)	28.046.185	17.154.498	(5.190.047)	11.964.451
Resultados relativos a investimentos	20.665.733	-	20.665.733	20.665.733	-	20.665.733
Resultados Extraordinários	(566.174)	566.174	-	(590.943)	590.943	-
Resultado antes de impostos	73.297.403	(4.099.051)	69.198.352	39.774.128	(4.411.158)	35.362.970
Imposto sobre o rendimento	10.139.723	665.867	10.805.590	(1.932.166)	690.105	(1.242.061)
Resultado depois impostos	83.437.126	(3.433.184)	80.003.942	37.841.962	(3.721.053)	34.120.909

O detalhe dos ajustamentos efectuados com impacto no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e do dos períodos de três e seis meses findos em 30 de Junho de 2004 na conversão das demonstrações financeiras para as Normas Internacionais de Relato Financeiro é como segue:

	31.Dezembro.2004	30.Junho.2004	2º Trimestre 2004
Imobilizado corporeo e incorporeo	254.280	119.413	(8.546)
Instrumentos Financeiros	(3.687.464)	(3.840.466)	856.226
	(3.433.184)	(3.721.053)	847.680

## 19. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

### Decreto-Lei nº 3318/94 artº 5º nº 4

Durante o período findo a 30 de Junho de 2005 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Modelo Continente Hipermercados, S.A.  
 Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Soflorin, B.V.  
 Sport-Zone – Comércio e Artigos de Desporto, S.A.  
 Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.

Durante o período findo a 30 de Junho de 2005 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.  
 Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.

Modis, S.G.P.S., Lda  
 Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.  
 Sonae, S.G.P.S., S.A.  
 Sondis, B.V.  
 Soflorin, B.V.

As respectivas posições credoras em 30 de Junho de 2005 são as seguintes:

Empréstimos concedidos a CP e MLP:

EMPRESAS	euros
	Saldo final
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	247.000
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	2.357.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	731.000
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	21.034.965
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.468.897
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	404.000
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	2.293.000
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, SA	30.767.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	561.384.000
Modis, SGPS, Lda.	55.000
Ok Bazar - Comércio Geral, SA	13.556.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	9.907.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	54.000
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	55.494.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	20.747.000
Sondis, B.V.	323.292.592
Soflorin, B.V.	38.514.330
Sonae Retalho España, S.A.	466.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	20.280.000
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	1.321.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	181.235.000
	<u>1.288.608.784</u>

As respectivas posições devedoras relativas aos contratos mencionados à data de 30 de Junho de 2005 eram como se segue:

Empréstimos Obtidos a CP:

Empresas	Saldo final
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.	-9.000
Modelo, SGPS, S.A.	-490.591.000
Modelo Hiper - Imobiliária, S.A.	-1.661.000
SRE - Projectos de Consultadoria, S.A.	-445.000
	<u>-492.706.000</u>

Matosinhos, 7 de Setembro de 2005

## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADA POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

### Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 da Modelo Continente, SGPS, S.A. ("Empresa") incluída: no Relatório de Gestão, nos Balanços Consolidado e Individual (que evidenciam um total de 2.528.088.143 Euros e 3.135.504.269 Euros, respectivamente, e capitais próprios consolidados e individuais de 804.736.947 Euros e 2.409.709.410 Euros respectivamente incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 42.788.677 Euros e um resultado líquido individual de 31.287.157 Euros), nas Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data e nos correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira consolidada e individual adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas filiais.

### Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de informação financeira consolidada e individual que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado e individual das suas operações; das alterações no capital próprio consolidado e individual e dos seus fluxos de caixa consolidados e individuais, (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira baseada no nosso trabalho.

### Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimento analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - NIPC: 501 776 311 - Matriculada na CRC de Lisboa sob o nº 11.743  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

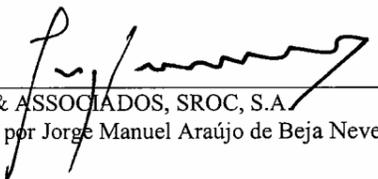
#### Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada e individual do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005 referidas no parágrafo 1 acima da Modelo Continente, SGPS, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

#### Ênfases

9. Conforme divulgado na Notas 2.1 dos Anexos consolidado e individual respectivamente, a Empresa adoptou, pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia (IAS/IFRS). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (Plano Oficial de Contabilidade – POC) para as IAS/IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1 - Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IAS/IFRS, para efeitos de comparabilidade. Na preparação das demonstrações financeiras semestrais anexas foi por outro lado seguida a Norma Internacional de Contabilidade 34 - Relato Financeiro Intercalar, e incluíram-se nas Notas 31 e 19 dos Anexos consolidado e individual, respectivamente, as divulgações adicionais exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia
10. O nosso Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Semestral Consolidada com data de 10 de Setembro de 2004, emitido sobre as demonstrações financeiras consolidadas semestrais da Empresa, em 30 de Junho de 2004, preparadas de acordo com as normas contabilísticas previstas no POC, inclui uma reserva por desacordo quanto ao efeito da política contabilística adoptada para registar as diferenças de consolidação. No processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro, referido no parágrafo anterior, a Empresa alterou aquela política, tendo os efeitos dessa alteração sido incluídos nos ajustamentos de transição descritos na Nota 31 do Anexo consolidado, pelo que aquela reserva deixa de ser aplicável relativamente àquelas demonstrações financeiras reexpressas.

Porto, 7 de Setembro de 2005

  
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.  
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves